

NOSSO PROGRAMA

Palavras proferidas pelo coronel Sousa Doca, orador oficial, no solene ato inaugural do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

15.XI.38
conf Estatutos
ou
18.XI.38?

Iniciando a vida ativa do Instituto de Geografia e de História Militar do Brasil, com a sua instalação oficial, preenchemos uma lacuna existente no conjunto dos altos estudos em nossa Pátria, passamos a contribuir no fomento da cultura espiritual brasileira, realizamos um ato de patriotismo, criamos mais um elemento de defesa da nacionalidade.

A lacuna preenchida

São da mais alta valia e reais serviços prestam ao país, os institutos culturais e científicos disseminados pelo território nacional e é de se salientar, com o maior júbilo, já ser apreciável o número de instituições para estudos especializados.

Em todos os ramos dos conhecimentos só se chega à síntese pelo estudo especializado.

Os trabalhos de conjunto, sob uma orientação geral, são os que melhores resultados apresentam, visto que pela coordenação se tornam mais produtivos, mais eficientes, evita-se dis-

persão de esforços, e se os orienta num sentido único, e, dêse modo, se entrosam e se completam.

Os militares de terra e mar brasileiros careciam de uma sociedade de cultura especializada nos domínios da geografia e da história militar.

Foi sentindo essa necessidade que nós procuramos, nos encontramos e nos congregamos, em magnífica comunhão de ideais, de esforços e de sentimentos e fundamos este Instituto que preenche, sem dúvida, uma lacuna que não podia coexistir com o momento em que o país marcha, desassombrado, para a realização de seus grandes destinos, movido pelos anseios de forte e sã brasilidade e está a exigir, em todos os setores, a cooperação corajosa, inteligente e esforçada de todos os seus filhos.

Contribuição para a cultura espiritual brasileira

A existência de um instituto da natureza do que acabamos de instalar, que tem como um de seus principais objetivos “promover o desenvolvimento dos estudos de Geografia e de História Militar do Brasil”, contribuirá, indubitavelmente, para opulentar os estudos dessas especialidades, dando-lhes mais realce e eficiência, com a conjugação dos esforços de elementos de primeira ordem, que vivem e trabalham isolados e que poderão ser aqui nossos orientadores.

Agiremos, assim, conforme esta lição de Gustavo Le Bon, sobre as forças diretoras: “A ciência, abandonando as explicações sumárias, substitue agora as grandes leis gerais pela acumulação de causas infinitamente pequenas, porém, infinitamente numerosas. Ensina que o mundo físico, o mundo biológico, o mundo social, não obra de mínimas individualidades, sem ação, quando isoladas, mas poderosíssimas quando se associam.

“Todas as diversas individualidades, átomos físicos, células viventes, unidades humanas, ficam sem efeito se as suas ações não forem provocadas e canalizadas por fôrças diretoras.

Não importa que os elementos considerados pertençam ao ciclo físico ou social — para orientá-los são sempre necessários agentes diretores.

Em todas as fases da história se precisa de uma orientação, seja pela fé, pela espada, pela ciência ou pela idéia”.

Existem notáveis estudos sobre as campanhas que fomos levados a sustentar, mas carecemos de uma história militar propriamente dita, onde a narrativa histórica e a parte técnica sejam precedidas das causas determinantes da guerra.

E' indispensável um estudo a fundo dessas causas, visto que elas esclarecem e justificam atitudes, nos instruem sobre a finalidade dos beligerantes e fornecem elementos para ajuizarmos, com segurança, da responsabilidade de cada um.

Quando no século 19 se acentuou o caráter científico da história, pelo emprêgo de novos métodos na crítica dos documentos e na exposição dos fatos, as causas determinantes dos eventos passaram a ser objeto de cuidadosas e bem orientadas investigações.

Tudo que principia tem uma causa — é axioma dos primeiros princípios da filosofia, que é a crítica de nossas faculdades de conhecer, segundo os ensinamentos de Kant.

O ilustre professor francês Hen Berr, observou: “Rien ne nait de rien” e, por isso, êle entende que o trabalho futuro dos historiadores, não será bem orientado sem um estudo a fundo da noção das causas, que têm sido investigadas às apalpadelas pelos empiristas, concluídas com simplicidade pelos filósofos e ainda não organizadas pelos lógicos.

Existe em todos os acontecimentos históricos um conjunto de causas remotas, próximas e finais, que constituem os élos da cadeia histórica de suas origens e os explicam.

Desprezar, portanto, a investigação das causas determinantes dos acontecimentos é negar a causalidade em história, em seu sentido real e positivo; é retornar ou persistir na aplicação descabida em fatos históricos, do método que vigorou até

o romancismo para o julgamento dos fatos sociais, em que se indagava apenas o efeito atual do evento ou se o julgava isoladamente, como se fosse um fenômeno físico.

E' com ampla visão dos homens e das cousas e, como observa Romulo Carbia, segundo os métodos de Bernheim, que são os da *Escola Nova*, já preconizados e adotados por Buckle, isto é, seriando os feitos e estabelecendo os processos com o conceito da universalidade dos fenômenos históricos, que devemos nortear as investigações sôbre o nosso passado.

Não se deve, pois, interpretar um acontecimento só com os elementos heurísticos do círculo em que êle ocorreu, como pondera o mestre citado, visto ser necessário que a pesquisa se estenda a todo o panorama humano sincrônico ao feito.

Assim, quem se limita a interpretar ou julgar os acontecimentos sómente com a documentação restrita ao cenário dos fatos, comete, como historiador, êrro tão grave como o do geógrafo que descreve a terra toda utilizando tão sómente os elementos existentes no meio físico que o cerca.

Desprezar no julgamento dos atos humanos a investigação de seus objetivos, é incorrer na falta grave de que Bovio, com veemência e fundamento, acusa a Escolástica, quando esta qualifica as ações dos homens em si mesmas, sem nenhuma filiação às suas finalidades.

“Quem mata para furtar — é um assassino; quem mata para salvar a si mesmo — é um inocente; quem mata para defender a pátria — é um herói: três homicidas, não três culpados”.

“Quem mente para cumprir o destino de um povo — é Moisés; quem mente para salvar um amigo — é Pilades; quem mente para roubar uma herança — é um jesuita: três mentirosos, não três culpados”.

Um dos fundamentos modernos em que deve assentar o estudo da história é o determinismo psicológico.

Não se investiga mais o absoluto para deduzir certos princípios — estuda-se os fatos.

Sendo o homem um receptor, um centro, um mundo de emoções — os seus atos, os seus gestos, as suas atitudes, são

resultantes das impressões que continuamente fazem vibrar os centros da percepção, das volições e dos conhecimentos, que constituem sua vida ativa.

A psicologia, ensina A. Stadler, “é a verdadeira propedêutica da tolerância”.

Sem as luzes da ciência psicológica, na interpretação dos atos humanos, o nosso julgamento nunca será bem orientado e, por consequência, as nossas conclusões serão falhas, defeituosas, errôneas.

A psicologia nos ensina ser absurdo querer que os atos do homem não sejam medidos pela craveira humana, de cada um de nós é um exemplar, variável, é verdade, mas indicativo de um limite que se não deve exceder.

Devemos, é racional, evitar os extremismos, que nos dão idéias exageradas ou errôneas das coisas.

Evitemos, pois, neste caso, ficar inteiramente com H. Rickert quando diz “não poderemos encontrar nenhum ponto de vista sob o qual a psicologia adquirisse uma importância decisiva para o método histórico”, nem aceitar, de olhos fechados, Emile Reich quando, limita “a história a uma psicologia no tempo”.

Aos investigadores chamados eruditos, porque se limitam ao estudo externo dos documentos, poderá, talvez se aplicar o juízo de Rickert, mas para o historiador que vê, que sente nos documentos vestígios de sentimentos e impressões de verdadeiros estados de alma de quem os traçou, de quem os ditou, de quem os assinou — a psicologia é um fator poderoso e, por isso, indispensável em um método moderno e adiantado de investigação histórica.

Taine pontificou que explicar uma revolução é fazer uma página de psicologia e Lacombe proclamou que a psicologia encerra a explicação da história, fornecendo a esta uma pedra de toque.

Em o norteio de nossos trabalhos pela orientação moderna no estudo da história, é que está a nossa contribuição para o fomento da cultura espiritual brasileira.

Ato de patriotismo

E' preceito do artigo primeiro de nossos estatutos o impulsionamento e a manutenção do "culto patriótico dos vultos e fatos gloriosos" de nosso passado militar.

Sabemos todos que no culto pelo passado, é que existe a forma mais significativa, mais real, mais produtora, de manter a grandeza moral da nação, porque, como já acentuou alta autoridade, "é a recordação do passado que constitue a nacionalidade de um povo" e Homero, mil anos antes de Cristo, já ensinava que nada devíamos poupar para honrar os nossos grandes mortos.

E' ato, pois, de patriotismo puro a prática do preceito de nossos estatutos recém citado e, coragem, desejo, fôrças e elementos não nos faltam para a realização desse nobre objetivo a que espontaneamente nos devotamos e assim contribuiremos para que se realize a patriótica aspiração do Exército, manifestada pelo Exmo. Sr. General Góis Monteiro, em recente discurso, quando se prestava significativa homenagem às classes armadas: "que cada brasileiro tenha o coração de soldado".

Elemento de defesa da nacionalidade

A história tem sido em todos os tempos e em todos os povos, elemento preponderante na formação do caráter nacional.

José Enrique Rodó, um dos maiores vultos do pensamento sul-americano, sentenciou: "Um povo que descuida de sua língua, como um povo que descuida de sua história, não está distante de perder o sentido de si mesmo e dissolver e anular sua personalidade".

E' um apêlo, é um brado de alerta, é uma voz de comando, para que não percamos o sentido de nós mesmos, que exprimem estas palavras vibrantes, prestigiosas e oportunas da

mais alta autoridade do país, o eminente Dr. Getúlio Vargas: “Nenhum sacrifício, nesta hora grave, será bastante, nenhuma vigilância excessiva para a defesa de nossa bandeira, de nosso idioma, das nossas tradições”.

E' pelo ensino da história, valorizando-se os exemplos de civismo dos construtores da nacionalidade, que se cria a mística da Pátria e se forma e se fortalece o cidadão para sua defesa, com o sacrifício próprio do soldado, com a vigilância indormissível de Argos.

Ilustre publicista europeu observou que para a derrota da França na campanha de 1870, 1871, muito contribuiu “o estado de atrazo em que se achava as suas ciências de erudição em relação à sua competidora — a Alemanha” e ponderou que “o estado progressivo, verdadeiramente científico, ali, das ciências históricas, depois do desastre de Sedan, foi um dos fatores da admirável vitória francesa na guerra de 1914.

E' de nossos dias esta lição significativa: a Alemanha porque é uma nação na mais alta significação dêste vocábulo, não se abateu com os desastre sofridos na grande guerra — sua unidade nacional, de que é máximo cooperador o mestre escola, continua coêsa e forte, ao passo que a Áustria se fragmentou, esboroou e se fundiu como nacionalidade e perdeu sua soberania.

A Argentina, como sabemos, firmou com o Brasil, em 1933, um convênio para revisão dos textos de ensino da história nacional.

Pois bem, a Comissão argentina creada para a execução do referido convênio, estabeleceu e foi aprovado pelo govêrno, que no ensino da história e sua elaboração a interpretação dos fatos do passado histórico é privativa da soberania dos Estados e se funda no sentimento do respectivo povo e no labor crítico das instituições e dos historiados representativos dêsse sentimento.

Não vemos nessa orientação um ato passível de censura e sim a compreensão do ensino da história nacional em um país que ainda precisa, e que é o caso preciso do nosso, dar o maior

valor aos fatos de seu passado, para criar e firmar a consciência nacional de seu povo.

A história não deve ser um instrumento de discórdias, de provocações de guerra e, por isso, perde cada vez mais essa função primitiva e cruel, para se transformar em um vínculo em uma força de aproximações constantes e amistosas, lançando dêsse modo os alicerces em que há de repousar tranquilamente a solidariedade dos povos, animados por um desejo sincero e profundo de paz.

A história pode e deve ser êsse vínculo e essa força, sem se desgarrar dos altos e respeitáveis sentimentos patrióticos.

O nosso maior ideal, o nosso supremo bem, na comunidade, está e ainda estará por muito tempo dentro do Brasil.

Foi, sem dúvida, com pleno conhecimento da realidade brasileira que se estabeleceu na Constituição de 10 de Novembro de 1937, a obrigatoriedade do ensino cívico em nossas escolas primárias, e secundárias.

E' êsse o meio mais seguro, mais prático e mais eficiente de se formar cidadãos prestimosos e concientes.

Necessário é, pois, despertar em cada educando as virtudes cívicas e para isso é preciso criar na alma e na inteligência de cada um o sentimento e a consciência do espírito brasileiro e êsse espírito só pode ser despertado e fixado pelo ensino da história pátria, sem exaltações jacobinistas, sem chauvinismo irritante, mas a luz da verdade e cultuando os altos e respeitáveis sentimentos patrióticos, que se alicerçaram no espírito militar.

O ensino da história deve ser racional e lógico e para que assim seja é mistér acompanhe a evolução afetiva e natural da humanidade.

Essa Evolução não se processa aos saltos e sim, por longos estágios em cada um de seus degraus.

Foi, portanto, é preciso que se o diga com firmeza e se o repita com a convicção de quem profere uma verdade, foi, portanto, ato precipitado o que substituiu, em 1932, em nossas escolas o ensino da história nacional pelo da chamada história da civilização.

Foram, certamente, influências exteriores, não bem aprendidas ou geitosamente insinuadas, que isso determinou.

Precisamos reagir contra êsses exotismos sobrepondo-lhes a nossa personalidade, para que possamos existir e mandar em nossa terra.

Aquilo que está em nós, em nossa compreensão, que nos é útil — cumpre que nós o realizemos.

Urge, é preciso que, como exigia Emerson, “caminheemos com os nossos pés, trabalheemos com as nossas mãos, digamos os nossos pensamentos”.

E' urgente o repúdio do programa de ensino de 1932, na parte em que banuiu a história nacional de nossas escolas primárias, e secundárias, diluindo-a na história da civilização.

Impõe-se “a unificação dos métodos de ensino no sentido de dar-lhe feição nitidamente nacionalista”, como acaba de proclamar, com a sua profunda visão da realidade brasileira e com o seu alto senso patriótico, o eminente chefe do govêrno, Dr. Getúlio Vargas — somente assim, ainda conforme o conceito de S. Ex., “será possível levar-se a todas as populações do Brasil o culto da Pátria e de suas tradições mais gloriosas”.

Nesses elevados intuitos muito poderemos contribuir neste Instituto, cultivando o espírito militar, que é uma das colunas mais vigorosas do templo da Pátria.

Temos em nossa história um exemplo magnífico do poder imenso do espírito militar como elemento associativo e formador do caráter de um povo: a gente riograndense.

Foram as lutas com o Prata que deram aos nossos irmãos do extremo sul um cunho acentuado e forte de brasilidade.

Os platinos influíram, sem dúvida, na formação social dos riograndenses, não no sentido de cooperação, como há quem afirme, mas como um perigo, que era necessário combater e afastar.

Com êsse objetivo os nossos maiores se congregaram ali e se fizeram soldados desde a primeira geração, sob o comando dos estancieiros e não raro por êstes alimentados e armados, constituindo verdadeiras mesnadas de lanças fornidas, a se-

melhança dos contingentes dos barões feudais, com a diferença que a contribuição destes era obrigatória e a dos nossos, espontânea e patriótica.

Dêsse modo o fator político teve mais influência na formação social dos riograndenses que o fator geográfico e muito contribuiu para dar-lhes um cunho acentuado e forte de brasilidade.

Da vida em comum para a defesa contra o inimigo externo que, no conceito de Spencer, é dos maiores agentes da sociabilidade, nasceu o espírito militar dos riograndenses, sem as características do militarismo e com todas as virtudes associativas daquele espírito, que é gerador, em alto grau, da solidariedade social, da estima, da confiança e da admiração entre os homens.

A defesa da terra mobilizou todos os homens, os submeteu, à disciplina militar, fê-los cruzar o território em todas as direções e, assim, dilatou-lhes os horizontes, deu-lhes uma visão panorâmica da Província, despertou-lhes intenso o amor da Pátria, incutiu-lhes noção clara dos interesses comuns e dos benefícios da solidariedade social, demonstrou-lhes as vantagens do poder público, evitou o desenvolvimento do espírito de clan, criou a unidade de pensamento e formou a sociedade riograndense com a coesão e homogeneidade que todos nós conhecemos e onde se alteia e domina o espírito do "gaúcho soldado" que no conceito do autor da *Alma Heróica das Coxilhas — Castilhos Goychochêa* — "constitue uma afirmação viva do que avançou Nietzsche, pelo verbo sapientíssimo de Zarathoustra,

"La guerre et le courage ont fait plus de grandes choses que l'amour du prochain. Ce n'est pas votre pitié, mais votre bravoure qui sauva jusqu'à presente les victimes".

A história militar do Brasil é uma lição edificante de civismo, de defesa constante da liberdade, de amor inexcidível pela Pátria, de desprendimento no mais alto grau, de lealdade a toda prova, de manutenção da integridade nacional sem esmorecimentos, de respeito pela ordem civil, de garantia da ordem social — e, porque assim é feita, ela é o mais forte, o mais sugestivo e o mais lindo de nossos breviários cívicos.

Cultivar essa história com carinho, com inteligência e compreensão há de ser aqui o nosso maior empenho, o nosso desvelo constante.

Com êsse afan espontâneo, com os frutos dêsse trabalho, de que é cadinho a nossa alma de soldados, criaremos mais um elemento forte e sadio para a defesa da nacionalidade.

O nosso triunfo está nesta convicção de nós todos: as idéias que não se impulsionam, que não se movimentam, que não caminham — são como as águas paradas: inúteis e, pela inércia, perdem as qualidades vitais, apodrecem, morrem.

O Instituto de Geografia e de História Militar do Brasil é uma idéia em marcha e tem a impulsioná-la o nosso idealismo, a nossa fé, a nossa esperança, o nosso amor no Brasil e pelo Brasil.